

SÍNTESE ANALÍTICA DA CONJUNTURA ECONÔMICA DO PARANÁ E DO BRASIL EM 1958

J. Petrelli Gastaldi

Docente livre de Economia Política da Faculdade
de Direito da Universidade do Paraná

Pretendemos, com estas notas, proceder a uma análise, ainda que sucinta, do desenvolvimento da conjuntura econômica do Estado e da nação em 1959, período que se caracterizou por uma elevação constante do custo das principais utilidades e sensível agravamento dos índices de preços, bem como pelo visível fracasso de medidas tendentes à estabilização da economia nacional e principalmente da economia monetária.

No Paraná vimos acentuada a crise econômica. Indiscutivelmente, o ano de 1958 foi um ano ingrato para os exportadores. Estado criador de divisas para a nação, através da sua produção cafeeira, não podia o Paraná deixar de ser profundamente atingido pela queda espetacular das nossas vendas ao exterior do produto base da economia brasileira. Embora a pública administração federal procurasse adotar providências para restabelecer, através de profundos cortes nas importações, o equilíbrio da balança comercial, esta apresentou um déficit bastante acentuado. A consequência, como não podia deixar de ser, foi o agravamento da escassez de divisas, tão necessárias ao país nesta fase de intensa industrialização.

Mas, não apenas com a queda da exportação e o aviltamento dos preços no exterior relativamente à rubiácea, é que a economia paranaense sentiu com tanta intensidade, em 1958, a crise que avassalou a economia nacional. Observou-se, tam-

bém, sensível decréscimo no fluxo das vendas da erva mate e do pinho ao estrangeiro. E se a economia brasileira conseguiu, em parte, atenuar o déficit comercial que se aguardava em maiores proporções, graças à melhoria na exportação de outros produtos, como o açúcar, sisal e minério de ferro, o mesmo não foi possível ao Paraná, que não conta com outra produção para o comércio internacional, a não ser aquela dos produtos citados.

Tal situação, como não podia deixar de ocorrer, refletiu-se no orçamento do Estado, encerrado com um déficit aproximado de um bilhão de cruzeiros no referido exercício financeiro. Os compromissos do Estado, para empreiteiros e fornecedores, continuam em atraso, sem contar com o pagamento ao funcionalismo. E as perspectivas não denunciam qualquer perspectiva de melhoria a curto prazo, eis que será de prever-se a continuidade da crise, mesmo obtendo-se alguma reação nas exportações do café, cujo preço nas cotações internacionais tende a baixar. A safra do trigo também não correspondeu às expectativas e o Estado continua a resentir-se de obras fundamentais para a sua consolidação econômica, como silos, armazens, usinas hidro-elétricas e notadamente estradas pavimentadas, de modo a propiciar o carreamento das safras do norte para as zonas de maior densidade demográfica e para o Porto de Paranaguá.

Para finalizar esta rápida apreciação sobre a economia paranaense em 1958, devemos frisar a necessidade do reajuste dos vencimentos do funcionalismo público, por decorrência dos novos níveis do salário mínimo, o que somente será possível através de novas elevações tributárias.

Vejamos, agora, o que terá sido o panorama nacional, em matéria econômica e financeira. Partindo, por antecipação, de um déficit aproximado de 300 milhões de dólares em nossa balança de pagamentos (previsto desde meados do exercício), necessitou o Governo da União de cogitar de medidas de urgência para atenuar os calamitosos efeitos da conjuntura. Fórmulas foram esquematizadas, surgindo o famoso Plano de Estabilização Monetária, do qual restou, apenas, uma elevação tributária em pleno vigor a partir de 1959. A espiral inflacionária

continuou a elevar-se, e de momento não se pode vislumbrar qualquer sinal de melhoria, mesmo a longo prazo, na economia do país.

Impõem-se, cada vez com mais premência, a adoção de normas rígidas em matéria cambial; necessário se torna uma reforma quanto possível autêntica e definitiva, com a abolição do denominado confisco cambial. Também é urgente o disciplinamento do orçamento público federal e dos estaduais, mediante a rígida seleção dos créditos especiais e o maior rigôr fiscal dos denominados orçamentos paralelos, uma das principais fontes da desordem financeira que vem imperando em nossa economia. Sem um ordenamento em matéria de financiamentos nada de prático conseguiremos, no sentido de normalizar a economia nacional. E a base para tal ordenação encontra-se, necessariamente, na reforma do nosso sistema bancário, através do tão reclamado Banco Central.

O sistema político e administrativo do Brasil também está a reclamar uma nova revolução, no sentido de propiciar-se a descentralização administrativa, fazendo com que funcione entre nós o verdadeiro municipalismo. Simultaneamente, impõe-se uma verdadeira e heróica política de austeridade, partindo de cima, das esferas administrativas da União e dos Estados. Sejam quais forem os sacrifícios de ordem pessoal, devemos evitar a continuidade dos déficits orçamentários, a propulsionarem as emissões sem lastro, determinando o constante aviltamento do poder aquisitivo da moeda. Sem tais medidas, não poderemos, jamais, impedir a continuidade da expansão dos meios de pagamento, ou, *ipso facto*, da inflação.

Não podemos deixar de registrar, outrossim, que as inversões estrangeiras em nossa economia, vêm sendo realizadas, muitas vezes, em detrimento de capital indígena. Aliás, em matéria de investimentos estrangeiros, nossa legislação tornou-se a mais liberal do mundo, com grave ameaça para as indústrias aqui existentes e que jamais contaram com tantas facilidades, como as atualmente conferidas aos investidores de outros países. Basta dizer que, somente em máquinas e instalações, industriais alienígenas investiram em nosso país, em 1958, sem co-

bertura cambial, a importância de 120 milhões de dólares. Até o momento, cerca de 300 bilhões de cruzeiros representam as inversões totais de organizações privadas ou de governos estrangeiros, em nossa economia maquinofatureira.

Para exemplificar o que representa tal impacto, basta dizer-se que as remessas para o exterior, dos lucros, juros e dividendos sobre os capitais aqui aplicados, somaram, no triênio 56/58, a importância de 390 milhões de dólares. Na verdade, diminuíram tais remessas em 1958, mas, ao certo, devido as altas cotações do dólar. Mas, é de se presumir que as firmas estrangeiras aguardam a eventualidade de uma baixa em tal sentido, para então efetuarem o repatriamento dos seus proventos. Mas, a par desses evidentes maléficis, tais, inversões propiciam evidente melhoria do parque maquinofatureiro e da mão de obra.

Uma realidade, porém, é indiscutível em nossa economia — é que as despesas relativas com os denominados “serviços” representam um dos fatores mais importantes para o desequilíbrio da nossa balança de pagamentos, como ocorreu tão sensivelmente em 1958. Os denominados “serviços” constituem, principalmente, as operações financeiras de fretes e seguros de mercadorias exportadas e importadas, as remessas e entradas de lucros e dividendos de investimentos diretos, bem como o pagamento de juros sobre os empréstimos obtidos, despesas e receitas decorrentes de viagens ao exterior, pagamento de “royalties” e assistência técnica (know-how), despesas oficiais e donativos. Para esse setor deverão voltar-se, também, as atenções dos responsáveis por nossa economia.

A realidade é que o cruzeiro continua em sua crise de enfraquecimento frente ao dólar. Ninguém ousaria pensar, há um lustro, num dólar de 100 cruzeiros; atualmente estamos na altura dos 150, com tendências para 200. O aceleramento industrial do país, a carência de combatíveis e de outros implementos, são causas que, somadas com as deficiências da nossa produção de divisas, conjugam-se para mais acelerar o processo de desvalorização da moeda interna. As divisas não são criadas na proporção reclamada pelo crescente potencial das inversões

em tal setor e, mesmo, estão em franca desproporção com o volume gigantesco das inversões reclamadas pelas denominadas metas governamentais.

A prevalecer a atual política cambial, determinando elevação regulares nas cotações dos ágios e constantes revisões nos preços dos combustíveis líquidos, não vemos como será possível deter-se a depreciação monetária. Basta dizer que, a partir de 1953, com o advento da famosa Instrução 70, da Sumoc, os ágios para produtos e equipamentos subiram em cerca de 700 por cento. Oneração anual, pois, superior a 100 por cento. Tudo porque o Govêrno persiste nos seus propósitos de controle cada vez mais absorvente da política cambial, ensejando manobras desonestas e a onda de corrupção que não mais escandaliza o brasileiro... Tudo porque o Govêrno se distancia, cada vez mais, dos ramos da livre emprêsa, procurando tudo absorver e burocratizar.

Quando a espiral inflacionária chegou ao auge, em fins do exercício de 1958, o Govêrno da União determinou o célebre "congelamento dos preços", visando tão somente algumas poucas utilidades de origem agro-pecuária e apenas abrangendo os níveis de preços da última fase da dinâmica econômica, qual seja do varejo ou da fase da distribuição

Essa prática da contenção dos preços através de medidas empíricas, já demonstrou, inúmeras vêzes, ser altamente contraproducente e sumamente perigosa. Ademais, constitue prática desestimuladora da produção. Impossível pretender a estabilidade dos preços quando não se adota nenhuma providência para estimular a produção. Verdadeiramente impossível procurar conter a elevação dos níveis de preços, quando nenhuma medida é adotada para impedir a subida ininterrupta dos custos produtivos, notadamente pela agravação dos níveis dos ágios e dos impóstos e taxas em geral, ao mesmo tempo que se restringe o crédito à produção. Dizer que a economia brasileira está a reclamar, cada vez com mais intensidade, um volume muito

maior de créditos para financiar o mesmo volume produtivo, seria o mesmo que repetir a célebre verdade acaciana.

O "congelamento dos preços", porém, não passou de simples expediente psicológico, para conter os reclamos cada vez mais insistentes dos assalariados contra a pressão inflacionária. Deveria prevalecer, a duras penas, ao menos até a decretação dos novos níveis do salário mínimo, medida efetivamente adotada ao apagar das luzes do exercício que estamos examinando.

O ano de 1958, assim, acusou o aceleração de uma crise econômica e financeira das mais intensas jamais sofridas pelo nosso país. Mas, para sermos justos, devemos assinalar, como sintomas de recuperação a longo prazo, a adoção de certas medidas corajosas de parte do Governo. Observa-se, nitidamente, a preocupação por transformar a estrutura econômica nacional, criando-se não apenas um mercado interno potencialmente forte, como a de ampliar a produção das indústrias básicas e das fontes de energia, ampliando-se, também, os meios de circulação dos bens produzidos, através da política de incentivo aos meios de transporte rodado e ferroviário. Não podemos negar, ainda, que ocorreu, no citado exercício, um nítido incremento da produção industrial, notadamente mercê das vantagens contidas na Instrução 113 da Sumoc e da Lei de Tarifas ad valorem, que atraíram fortes contingentes de investimentos estrangeiros, representados por máquinas e patentes.

Referido exercício também assinalou a consolidação da indústria automobilística brasileira, com a produção de aproximadamente 60 mil veículos a motor, contra 26 mil unidades em 1957. Mais de 1.200 firmas, no país, dedicaram-se à fabricação de peças para essa indústria. Mas, a mesma reclamará consideráveis volumes de financiamento, agindo, em tal setor, em detrimento de uma distribuição mais equitativa de crédito à produção.

A indústria têxtil recuperou-se, em parte, da grave crise que a assolou em 1957, sendo visível um substancial reequipamento dos teares automáticos, fiadeiras e maquinário têxtil

em geral. O mesmo ocorreu na indústria de produtos químicos e farmacêuticos, como na de papel, celulose e fios sintéticos, em cujos ramos foi observada grande inversão de capitais.

Depreende-se, assim, que a crise prevaleceu com a mesma intensidade, nesse exercício, no setor agrícola. O índice de produtividade da agricultura aumentou, sendo substanciais as safras de café, arroz, açúcar, sisal e soja. A triticultura, por fatores vários, sofreu uma queda na produção, em índice aproximado de 50% sobre as previsões.

Em outubro, através da Instrução 167 da Sumoc, o Governo concedeu câmbio livre de divisas, a título de bonificação, a um grande número de produtos manufaturados, procurando reanimar o fluxo das nossas vendas ao estrangeiro, numa tentativa para obter divisas sempre mais escassas. Embora os resultados não tivessem sido compensadores, devemos persistir nessa política, procurando tornar mais agressivas nossas vendas ao comércio exterior, adotando a mesma tática no respeitante ao café, procurando compensar pela quantidade a depreciação decorrente da superprodução, conquistando mercados a qualquer preço.

Outro ponto de interesse foi o reinício do comércio com a Rússia, pela troca de cacau por petróleo bruto, destinado à Refinaria de Cubatão.

Essa a síntese do panorama econômico e financeiro do país em 1958. A conjuntura continuou em pleno desenvolvimento, sendo remotas as possibilidades de estabilização. As denominadas metas governamentais pressionaram e pressionarão, ainda, a nossa economia. O impacto do salário mínimo e o reajuste ao funcionalismo, a resistência à uma política de austeridade, as dificuldades no comércio internacional e a prevalência de conhecidos pontos de estrangulamento na economia nacional, constituem sinais indiscutíveis de que o cruzeiro continuará a se depreciar frente ao dólar, o mesmo ocorrendo com o custo geral dos preços dos bens e serviços, prosseguindo a onda inflacionária em níveis ainda mais perigosos.

A política econômica brasileira deverá dirigir suas vistas, antes do mais, para a revisão das normas cambiais em vigor.

Procurou-se, através da instituição dos ágios, corrigir o desequilíbrio do balanço de pagamentos, pois a valorização dos mesmos é de molde a corrigir em parte tal desequilíbrio. Mas, como já o acentuou o Conselho Nacional de Economia, tal correção é sempre parcial e anti-econômica. As importações são violentamente encarecidas, sem um correlato incentivo às exportações. O ideal será uma reforma cambial a permitir a compra direta, pelos importadores, das cambiais oferecidas pelos exportadores. A consequente elevação do valor das moedas estrangeiras constituiria, simultaneamente, um freio às importações e um estímulo às exportações. O que ocorre com a atual política é simplesmente uma restrição às importações, sem o favorecimento paralelo às exportações. Outro entrave à produção é permitir que parte da diferença de câmbio, que deixa de ser paga aos exportadores, seja encaminhada para financiar encargos do Tesouro, quando deveria ser integralmente destinada ao financiamento da produção (compra de excedentes, indenizações de baixas de preços, financiamentos às lavouras anti-econômicas, etc.).

Somos otimistas, porém, quanto ao futuro, na certeza de que, concluídas as metas, diminuirá a pressão dos encargos que atualmente oneram as finanças do país. Desaparecendo tais ônus e podendo a nação bitolar suas despesas dentro do orçamento tão revigorado pelas novas leis tributárias, ou melhor, pelos novos índices de tributação, ao certo poderemos marchar com firmeza para a dinamização das riquezas internas, fortalecendo o consumo do mercado próprio e aumentando, sensivelmente a riqueza individual do brasileiro.
